


Os Impérios e o Poder Terrestre

Apresentação cedida, organizada e editada pelos profs. Rodrigo Teixeira e Rafael Ávila

A opção terrestre do poder militar

Ao estudarmos a história dos impérios, percebe-se a prevalência do poder terrestre ou marítimo na composição das suas forças militares.

A Inglaterra no mar e a Rússia na terra podem ser exemplos clássicos da opção prioritária por um tipo de poder militar na história moderna e contemporânea ocidental.



Em relação ao império soviético, é importante destacar que o avanço da Rússia para o oeste em direção à Europa, e em seguida para leste rumo à Ásia, só foi possível em regiões nas quais o poder terrestre russo era fator preponderante no combate.

Mesmo o império russo não tendo um melhor desenvolvimento tecnológico-militar, esse império com sua grande massa populacional foi suficiente para derrotar os mongóis, Napoleão e Hitler.



A expansão territorial do império russo para o oeste coincidiu com o apogeu naval da Inglaterra.

Os britânicos e os russos entraram em conflitos, e a Inglaterra saiu derrotada.

Na Segunda Guerra Mundial, o exército soviético era o maior da Europa.


O que é desafiador no caso da Rússia é que, durante a Guerra Fria, a URSS era uma superpotência com sua força especialmente calcada em seu poder terrestre.

A influência política no poder terrestre

Foram poucas as nações que conseguiram dominar o poder ao mesmo tempo da terra e do mar.

Pode-se afirmar que apenas Roma e os EUA tiveram essa capacidade.

A não-destinação de recursos que complementem o domínio da terra e do mar aponta para a possibilidade de que o país, mesmo sendo uma potência mundial, não enxergue a necessidade de uma supremacia militar absoluta.



Neto acredita que mesmo sendo alegado o motivo de falta de recurso para o poder absoluto, o medo de um fortalecimento do poder executivo em geral, de um monarca ou de um general específico, era, na maioria dos casos, a causa real.


Na segunda Guerra Púnica entre Cartago e Roma, o Senado romano percebeu que não havia outra possibilidade a não ser a própria Roma ser a vitoriosa no combate.



A vitória era necessária para a manutenção do estilo de vida, da preservação da cultura do povo romano.

Naquele momento, Roma decidiu não lutar, e engoliu em seca o passeio cartaginês pela Península Itálica, que destruía propriedades da elite e libertava escravos.


Roma contou com as intrigas políticas no parlamento africano que jamais deram força necessária a Aníbal para finalizar a guerra.



Após a derrota dos cartagineses, Aníbal se viu só depois que os romanos conseguiram levar a guerra à África.

Na questão tática, a derrota de Cartago na Batalha de Zama foi absoluta.


A guerra total



A guerra total significa que quando uma nação ia para guerra com outra nação, só lhe restava duas opções:

1. A rendição prévia com condições normalmente duras, como a submissão política e financeira;
2. Enfrentamento militar cuja derrota poderia levar à sua completa destruição física.


Com a criação de uma estrutura política organizada na Europa Ocidental, instituiu-se tacitamente que a manutenção de uma estrutura jurídica era um bem comum a ser preservado.



A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) já começou a seguir esse padrão.

Para contrariar esse princípio de evitar grandes destruições entre inimigos, a Batalha de Azincourt (25 de outubro de 1415) alcançou tamanha fama.

Assim, o velho continente observou a substituição das guerras totais por infindáveis guerras limitadas.



A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi uma reunião “histórica” de uma série de conflitos entre um considerável número de países europeus que nem sempre tiveram conexão entre si.

Esse conflito refletiu em vários lugares.

A questão da limitação da destruição na guerra a parâmetros aceitáveis é um fenômeno que cresceu após a Guerra dos Trinta Anos.

A guerra pré-ideológica que marcou o período histórico que coincidiu com a formação dos Estados nacionais europeus modernos foi influenciada pela profissionalização dos exércitos nacionais.

Nação em Armas

A França torna-se uma república.

O movimento francês que usou de violência contra sua nobreza tinha como um dos seus ideários a “fraternidade”.

O aprofundamento do movimento revolucionário levou a uma politização acirrada, perseguições e posterior esvaziamento das forças terrestres francesas, diminuindo o poder de combate das forças do exército francês.

A destruição militar francesa não era apenas de Napoleão, mas do Estado Francês e de seus cidadãos.



No século XIX, houve um incremento crescente do conceito de “nação em armas” durante o processo de unificação da Itália e da Alemanha.

Em ambas as nações, o poder militar terrestre teve papel fundamental.

O conceito de “nação em armas” e de “guerra total” associada à expansão da revolução Industrial fez com que os conflitos na Europa diminuíssem de modo significativo.


Em contrapartida, os EUA se engajavam em conflitos longos.



Na 1ª Guerra Mundial, materializou-se o conceito de “nação em armas”, mas percebe-se que não foi um conflito total para os súditos do Kaiser.

O que ocorreu na 1ª Guerra Mundial foi a derrota militar terrestre da Alemanha.

Assim, a Alemanha manteve sua industrialização quase intacta e, com o nacionalismo insuflado pelas condições impostas pelos vencedores, fez com que a união da ideologia nazista levasse a uma guerra total.



Referência Bibliográfica: NETO, Oliveira. Os Impérios e o Poder Terrestre. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei J. (coordenadores). **Impérios na História**. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2009.